



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

1º Grupo de Câmaras Cíveis
Embargos Infringentes nº 0156570-8
Embargante: Banco Bradesco S/A
Embargado: Ione Maria Rodrigues de Carvalho
Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

EMENTA: DIREITO CIVIL. EMBARGOS INFRINGENTES. COBRANÇA INDEVIDA. APONTAMENTO DE TÍTULO EM CARTÓRIO DE PROTESTO. DANO MORAL DEVIDO. RECURSO IMPROVIDO.

1. "Reconhecido como indevido o aponte a protesto, sustado por força do ajuizamento de medida cautelar, e admitida a responsabilidade do recorrido, que agiu com imprudência, há de ser acolhido o pedido de danos morais". (REsp 802.645/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2006, DJ 04/09/2006, p. 285)
2. Recurso improvido por maioria de votos.

ACÓRDÃO – Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em 04 de 09 de 2013, por maioria de votos, negar provimento aos embargos infringentes, na forma do voto do relator.

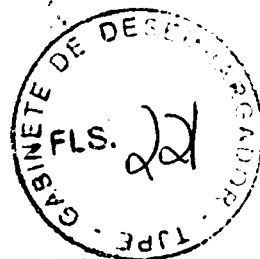
Recife, 03 de setembro de 2013.

Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena



1º Grupo de Câmaras Cíveis
Embargos Infringentes nº 0156570-8
Embargante: Banco Bradesco S/A
Embargado: Ione Maria Rodrigues de Carvalho
Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

RELATÓRIO

Trata-se de embargos infringentes contra decisão proferida pela 2ª Câmara Cível deste e. Tribunal de Justiça de Pernambuco que por maioria de votos deu provimento ao apelo proposto pela Embargada para nos termos do voto do Relator reformar a sentença proferida pelo Juízo de Primeiro Grau no sentido de condenar o Embargante em danos morais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

O Recorrente apresentou recurso alegando, em suma, não restar caracterizado o dano moral deferido, haja vista não haver sido efetivado o protesto do título cobrado não restando comprovado qualquer abalo moral ou situação vexatória em desfavor da Embargada.

A Embargada apresentou contrarrazões rebatendo os termos do recurso proposto e pleiteando, em resumo, a manutenção da decisão recorrida por seus próprios fundamentos.

Em seguida vieram-me os autos conclusos.

É o que importa relatar.

À douta revisão.

Recife, 05 de julho de 2013.


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Relator

À PAVIZ
Itabira de Brito Filho
Embargador
85 805-9



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

**1º Grupo de Câmaras Cíveis
Embargos Infringentes nº 0156570-8
Embargante: Banco Bradesco S/A
Embargado: Ione Maria Rodrigues de Carvalho
Relator: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

VOTO

Preenchidos os requisitos extrínsecos e intrínsecos de admissibilidade recursal passo à análise do Recurso.

Trata-se de embargos infringentes manejados contra a decisão da 2ª Câmara Cível desta e. Corte que por maioria de votos condenou o Embargante em danos morais no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Em seu recurso o Embargante insurge-se contra a condenação afirmando não restar devidamente caracterizado o dano moral deferido, uma vez que não restou devidamente comprovado qualquer situação vexatória em desfavor da Recorrida.

Não há razão para a insurgência do Embargante.

De início ressalto que não há dúvidas quanto a inexistência da dívida cobrada, limitando-se a controvérsia quanto a existência dos danos extrapatrimoniais deferidos em razão da cobrança por parte do Recorrente da mencionada dívida, inclusive com encaminhamento de título de crédito representativo da dívida ao Cartório de Protesto.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que o protesto injustificado de título importa por si só em prejuízo a ensejar a reparação por danos morais.

In casu, o protesto foi tempestivamente sustado no sentido de que não houve publicidade da apontamento realizado, mas, ainda assim, é facilmente perceptível o desgaste causado à Embargada, já que em razão de tal fato esta foi indevidamente cobrada, foi obrigada a contratar advogado, ir ao fórum, dentre outras providencias necessárias para a sustação do protesto realizado.

Ou seja, a conduta injustificada do Embargante trouxe uma série de constrangimentos a Recorrida, constrangimentos estes que extrapolam a esfera do ordinário, do aceitável, gerando claramente reflexos ensejadores de reparação extrapatrimonial.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Ressalte-se ademais que o Banco Embargante foi devidamente cientificado pela Recorrida da inexistência da dívida cobrada conforme documentos de fls.24/25, sendo patente a imprudência do Recorrente ao encaminhar a protesto título representativo de dívida sabidamente ilegítima.

Nesse sentido já se posicionou o Superior Tribunal de Justiça em sede de Recurso Especial ao qual se atribuiu os efeitos do art. 543-C do CPC, cujo acórdão restou ementado da seguinte maneira:

DIREITO CIVIL E CAMBIÁRIO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. DUPLICATA RECEBIDA POR ENDOSSO-MANDATO. PROTESTO. RESPONSABILIDADE DO ENDOSSATÁRIO. NECESSIDADE DE CULPA.

1. Para efeito do art. 543-C do CPC: Só responde por danos materiais e morais o endossatário que recebe título de crédito por endosso-mandato e o leva a protesto se extrapola os poderes de mandatário ou em razão de ato culposo próprio, como no caso de apontamento depois da ciência acerca do pagamento anterior ou da falta de higidez da cártula.

2. Recurso especial não provido.

(REsp 1063474/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/09/2011, DJe 17/11/2011)

Impende destacar, ainda, que não merece prosperar a tese defendida pelo Recorrente de que não sendo efetivado o protesto do título, a tempo sustado, não há que se falar em abalo moral por parte da Recorrida pela inexistência de publicidade da medida.

Isso porque é sabido que as pessoas físicas, diferentemente das pessoas jurídicas, possuem além da honra objetiva – honra externa ao sujeito, que consiste no respeito, admiração, apreço, consideração que os outros dispensam à pessoa – a honra subjetiva, que é *“inerente à pessoa física, que está no psiquismo de cada um e pode ser ofendida com atos que atinjam a sua dignidade, respeito próprio, autoestima, etc., causadores de dor, humilhação, vexame”*.

Desse modo, ainda que se admita que a cobrança realizada não tenha causado repercussão na honra objetiva da Embargada inegavelmente este trouxe consequências negativas à sua honra subjetiva, sendo dessa maneira ensejadora de reparação civil.

¹ Ministro Ruy Rosado de Aguiar Junior, REsp. 60.033/MG.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Sobre o tema em debate colaciono os seguintes julgados:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE TÍTULO CAMBIAL CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROVA DO PREJUÍZO.

- Reconhecido como indevido o aponte a protesto, sustado por força do ajuizamento de medida cautelar, e admitida a responsabilidade do recorrido, que agiu com imprudência, há de ser acolhido o pedido de danos morais.

- Recurso parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido.

(REsp 802.645/RS, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 15/08/2006, DJ 04/09/2006, p. 285)

CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. APONTAMENTO INDEVIDO DE TÍTULO A PROTESTO. PESSOA JURÍDICA. DANO MORAL. CABIMENTO. SÚMULA N. 227-STJ. PROVA DO PREJUÍZO. DESNECESSIDADE.

O apontamento de título para protesto, ainda que sustada a concretização do ato por força do ajuizamento de medidas cautelares pela autora, causa alguma repercussão externa e problemas administrativos internos, tais como oferecimento de bens em caução, geradores, ainda que em pequena expressão, de dano moral, que se permite, na hipótese, presumir em face de tais circunstâncias, gerando direito a ressarcimento que deve, de outro lado, ser fixado moderadamente, evitando-se enriquecimento sem causa da parte atingida pelo ato ilícito.

II. "A pessoa jurídica pode sofrer dano moral" - Súmula n. 227-STJ.

III. Recurso conhecido e provido.

(REsp 254073/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 27/06/2002, DJ 19/08/2002, p. 170)

Desta feita, não há razão para a irresignação do Embargante devendo permanecer inalterada a decisão proferida pela 2ª Câmara Cível deste Tribunal.

Posto isto, voto pelo **IMPROVIMENTO** dos embargos infringentes mantendo a decisão impugnada em seus exatos termos.

É como VOTO.

Decorrido o prazo recursal *in albis*, ao juízo de origem para as providências de praxe.

Recife, ____ de _____ de 2013.

Des. Josué Antonio Fonseca de Sena
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ITABIRA DE BRITO (REVISOR)

O meu voto em revisão é acompanhando inteiramente o voto do desembargador relator.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

A divergência é exatamente no ponto da indenização de três mil reais. Há alguma divergência?

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Senhor Presidente é para a gente clarificar porque eu estou acostumado a julgar e, às vezes a gente não entende nem o que ele está dizendo, eu confesso. Eu queria saber o seguinte, há uma ação qualquer no 1º piso onde se negou dano moral à parte – é isso? Uma ação possivelmente para retirar o nome do protesto ou alguma coisa, eu não sei, Vossa Excelência é quem sabe, mas o essencial é que o juiz negou qualquer dano moral, não é isso? A câmara, por dois votos, disse não, há dano moral e condenou o banco a pagar os três mil à parte – é isso?

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE SENA (RELATOR)

Exatamente.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

E o banco embarga dizendo que não deve pagar nada, devendo manter a sentença. A alegação que eu estou lendo aqui, bem resumidamente, que Vossa Excelência disse que o banco alega que não chegou a protestar o título, de forma que não teria que pagar indenização por dano moral – é isso que eu entendi?

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE SENA (RELATOR)

Sim, não foi protestado porque a parte entrou com ação cautelar e obteve um provimento para sustar o protesto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Não foi protestado porque ela entrou com uma cautelar, é um dado a mais. Pois bem, então considerando que não foi protestado porque ela adiantou-se, então Vossa Excelência aí está mantendo a decisão da maioria. Eu só queria esse esclarecimento para que todos soubessem do que se trata.

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE SENA (RELATOR)

Eu também gostaria de destacar que se trata de uma pessoa física, diferente da pessoa jurídica em que se protege a honra objetiva, há que se reconhecer um abalo em a pessoa ser cobrada injustamente e ainda com o agravamento de ela ter avisado ao banco que não era devedora e ainda assim ter agido culposamente encaminhou o título a protesto, nesse ínterim, ele precisa entrar contratar um advogado para entrar com uma ação para sustar o protesto. É essa a visão que eu tenho coincidente com a da 2ª Câmara.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Encerrada a discussão. Como vota a desembargadora Virgínia Gondim?

DESEMBARGADORA VIRGÍNIA GONDIM

Desembargador olhe, eu sei que essa questão à primeira vista parece simples, mas eu vou pedir vênias ao relator e ao revisor para divergir, inclusive, vou explicar porque, eu participo juntamente com o desembargador Fábio Eugênio no 1º grau de jurisdição do fórum permanente das varas cíveis e, inclusive, tem um enunciado que foi elaborado por esse fórum das varas cíveis que diz o seguinte, é o enunciado nº 29: *"O simples apontamento, ainda que sem justo motivo de título de crédito para protesto cuja sustação fora concretizada eficientemente por decisão judicial não configura dano ressarcível"*. Também esse enunciado foi por maioria, não foi por unanimidade, ou seja, ainda que tenha sido o título apontado a protesto, mas ele não chegou a se efetivar, não haveria abalo a honra porque ele não constou na lista de maus pagadores e maus devedores e efetivamente na prática ele não chegou a sofrer nenhuma restrição creditícia. E em abono desse posicionamento adotado pelo fórum que eu também endosso tem também um julgado recente de 2 de agosto de 2012 do STJ da 4ª Câmara, Ministro Luiz Felipe Salomão que diz o seguinte: *Indenização por dano moral. Pessoa jurídica. Apontamento a protesto de título parcialmente pago. Fase cartorária preliminar. Intimação do devedor para que pague a dívida. Protesto não lavrado. Registrado por força de sustação judicial* – ou seja, o protesto também não foi lavrado por conta da liminar. *Dano moral. Inexistência. Nos termos da Lei 9492 a fase preliminar em cartório de protesto iniciada com a protocolização do título ou documento de dívida pelo credor não*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

gera imediatamente a lavratura do protesto a qual será realizada em momento posterior franqueada ao devedor a possibilidade de pagar a dívida judicialmente ou pedir judicialmente a sustação. Nas hipóteses em que a notificação é feita diretamente ao endereço indicado pelo apresentante, seja por portador do tabelionato ou seja por correspondência registrada com aviso de recebimento como é usual, ou seja, por AR, não há qualquer publicidade do apontamento do título para protesto. Nessas circunstâncias em regra não tem sido efetivamente lavrado ou registrado o protesto do título descabe indenização por dano moral.

Então só para ser consentânea com as minhas próprias decisões, ressaltando o posicionamento do relator e do revisor, e também posicionamento contrário ao meu defendido pelo próprio STJ, mas eu voto divergindo no sentido de dar provimento para afastar o dano moral.

DESEMBARGADOR FÁBIO EUGÊNIO

Eu vou pedir vênias ao eminente relator, desembargador Josué, a turma, para acompanhar a divergência. De fato o apontamento a protesto ele não se dá publicidade ao apontamento, só se dá publicidade quando se lavra o instrumento de protesto, mas eu gostaria de acrescentar mais uma questão ao debate, o desembargador Josué ele entende configurado o dano moral não em razão do protesto ou do simples apontamento, mas entende que há dano moral configurado a partir da simples cobrança por um débito indevido e aí para eu manter minha coerência com o que eu tenho julgado no 1º grau eu vou acompanhar a divergência porque eu entendo que a simples cobrança sem nenhum dano adicional ela não gera dano moral. Então nesse sentido eu acompanho a divergência.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Eu peço vênias a desembargadora Virginia para utilizar os mesmos argumentos e fundamentos dela para também dar provimento aos embargos. Acompanho a divergência.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

Desembargador me permita antes, apenas um questionamento ao desembargador Josué porque ele se referiu a que a parte foi ao banco e disse *Olha, eu não devo nada*, isso está comprovado nos autos?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE SENA (RELATOR)

Eu ressalto no meu voto que foi devidamente cientificado pela recorrida da inexistência da dívida cobrada conforme documentos de fls 24-25.
(Leu o ofício de fl. 22 dos autos).

E evidentemente o juiz reconheceu que não havia dívida e que ela protestou antecipadamente e deu conhecimento ao banco e ele agiu, na minha visão, irresponsavelmente.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

A ação foi procedente para dizer que não houve declarativa de negativa de débito não é?

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE SENA (RELATOR)

Exatamente.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Então houve sucumbência favorável a ela?

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE SENA (RELATOR)

Não, não houve, ela ganhou a ação só que o juiz não deu o dano moral.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Então sucumbência foi por ordem do banco não é? Então ela já se ressarcia dos honorários dela. Isso é só um acréscimo.

DESEMBARGADOR JOSÉ FERNANDES (PRESIDENTE)

Desembargador Agenor, a palavra estava com Desembargador Agenor, Vossa Excelência está suficientemente esclarecido da resposta?



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

Da resposta sim, mas acho que pode ser proveitoso se for fazer algum questionamento, Senhor Presidente.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Presidente, apenas para divergir do desembargador Roberto Maia porque a sucumbência é do advogado, não é dela. O desembargador Maia disse: Ah, quer dizer que ela ficou com valor sucumbência', não, ela não ficou.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Não, Vossa Excelência não entendeu, porque ele me disse que ela teve despesas com os honorários e eu estou dizendo que ela foi ressarcida.

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE SENA (RELATOR)

Não, acredito que não porque a sucumbência é do advogado como diz o desembargador Sertório, ela deve ter pago o advogado particular.

DESEMBARGADOR ROBERTO MAIA

Ela contratou um advogado e a sucumbência supriu, pagou os honorários dela ou não?

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE SENA (RELATOR)

Não.

DESEMBARGADOR AGENOR FERREIRA FILHO

Senhor Presidente, eu fiz essa indagação e agradeço a Vossa Excelência embora já tivesse em julgamento para esclarecer porque em princípio, o dano moral nas questões envolvendo protesto e cobrança ele só se justifica quando há restrição negativa, mas existe também corrente hoje que admite o abalo moral não em função de uma restrição negativa de que colocou o nome de alguém que não devia como mau pagador, mas sim em razão daquele constrangimento que não deixa de ser, de você ter que ir buscar o seu direito na justiça quando a outra parte está ciente: *Olha, eu lhe procurei, comuniquei o fato e você fez pouco caso disso e obrigou a ele a ir buscar ação judicial* – em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

principio a ação judicial constitui mero aborrecimento, mas será que quando a parte procura a outra e ela faz pouco caso e diz '*procure os seus direitos, jogue para lá*', isso é de certa forma, tem evoluído nesse sentido de considerar, você fica decepcionado e decepção é um sentimento que mexe. Parece que ele procurou o banco e informou *eu não devo, meus débitos estão todos pagos*, fez uma carta por escrito, mesmo assim o banco joga para protesto e ele é obrigado a contratar advogado e depois se alegar *mas o seu nome não foi protestado* e a dor só está se o nome dele estivesse sujo? É uma construção perigosa, mas de qualquer forma, perigosa para que não se banalize, se eu entrar com uma ação contra alguém, se eu tomar alguma atitude contra alguém, isso em perder obrigatoriamente gera dano moral? Não, mas no caso quando se está procurando resolver amistosamente, e a pessoa com ato ilícito, não quer reconhecer e obriga que a outra vá, eu penso que há, eu peço vênica a divergência, tenho evoluído na minha concepção, eu posso estar involuindo, mas eu penso que eu evolui e antigamente eu não aceitava, mas hoje eu admito, embora de pequena monta como foi arbitrado em três mil reais. Eu pedindo vênica a divergência, acompanho a turma.

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE SENA (RELATOR)

Senhor Presidente, eu gostaria até de acrescentar que ela teve a dor moral de pagar os honorários contratuais.

DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

Presidente, concordar com o desembargador Josué não é difícil, mas discordar da desembargadora Virgínia muitas vezes o é. A argumentação de Sua Excelência acompanhada pelo desembargador Fábio Eugênio tem um certo respaldo, sobretudo, do colégio a que ela pertence, no entanto, desembargadora Virgínia, vou discordar de Vossa Excelência, por tais disso tenho a atual tendência que nós percebemos na questão, com essa sociedade de massa que vivemos nós todos nos tornamos apenas um número para essas empresas e aqui no tribunal mesmo e eu tenho o voto na tela do computador, já está se dando danos morais pela perda de tempo útil que essa cidadã levou para conseguir o seu direito líquido e certo, claro, alguma coisa que qualquer estudante do ginásio ou do antigo ginásio ou do ensino fundamental é capaz de dizer, mas isso está pago, você não está devendo nada. É o voto que há destaque neste site sobre esse assunto do desembargador Jones Figueiredo com base nos precedentes do STJ, a perda do tempo livre, danos morais, fixados de acordo com parâmetros da razoabilidade, por isso, Senhor Presidente, acrescentando ao voto do desembargador Josué essa minha fundamentação com a caracterização da perda do tempo livre que importou para pessoa, eu confirmo também a mesma decisão ora embargada. É como voto Presidente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

DESEMBARGADOR PATRIOTA MALTA

Com a turma.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AOS EMBARGOS INFRINGENTES, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA".
